

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br) | Boa Vista | Cidades | 01/02/2019 |

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

FOLHA
DE BOA VISTA

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

ECONOMIA

Bancos terão de destinar mais R\$ 6 bi para produtores rurais

A medida é transitória e valerá de 1º de fevereiro a 30 de junho

Por [Folha Web](#)

Em 31/01/2019 às 18:00



Agricultura familiar. (Foto: Divulgação)

Os bancos terão de destinar mais R\$ 6 bilhões dos depósitos à vista e da poupança rural para pequenos produtores rurais, definiu hoje (31) o Conselho Monetário Nacional (CMN). Os recursos serão empregados nas operações de custeio agrícola e pecuário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

A medida é transitória e valerá de 1º de fevereiro a 30 de junho. Segundo o Banco Central (BC), o direcionamento adicional foi necessário para fazer frente ao aumento da

demanda por crédito rural por parte dos pequenos produtores nesta safra. “A mudança vai garantir os recursos até o fim da safra”, disse o chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle de Operações do Crédito Rural do BC, Cláudio Filgueiras.

Atualmente, os bancos são obrigados a destinar 30% dos depósitos à vista e 60% dos depósitos na poupança rural para o crédito rural. Além disso, as instituições têm de empregar 35% dos recursos da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) para esse tipo de crédito. Com a mudança, os bancos terão de destinar, além desse valor, mais R\$ 6 bilhões para o Pronaf e o Pronamp.

LCA

O CMN também liberou as condições de aplicação das LCA, título emitido por bancos públicos e privados para financiar operações de crédito rural rurais. Por meio desse papel, os investidores emprestam dinheiro para os bancos em troca de receberem o dinheiro de volta com alguma correção e isenção de Imposto de Renda.

Até agora, os bancos tinham de usar 35% das emissões de LCA para emprestarem aos pequenos produtores rurais com juros limitados a 8,5% ao ano. Os 65% restantes podiam ser emprestados a qualquer taxa para o produtor rural. Os recursos da LCA são emprestados sem distinção entre pequenos, médios e grandes produtores.

O CMN revogou o sublimite de 35%. A partir de amanhã (1º), todos os recursos obtidos com as emissões de LCA serão emprestados com taxas definidas pelo mercado. Segundo Filgueiras, essas taxas atualmente estão entre 9,5% e 10% ao ano. Ele, no entanto, disse que a taxa média poderá cair e ficar próxima de 8,5% ao ano porque a mudança vai ampliar o mercado de LCA no país.

Na safra de 2017/2018, informou o técnico do BC, as emissões de LCA renderam R\$ 30 bilhões para o crédito rural. Na safra 2018/2019, as emissões saltaram para R\$ 46 bilhões. “É um mercado em crescimento, que vai crescer ainda mais com a livre negociação das taxas”, disse o técnico do BC.

Fonte; EBC

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Bancos-terao-de-destinar-mais-R--6-bi-para-produtores-rurais/49329>

| VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br) | Boa Vista | Cidades | 31/01/2019 |

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ |

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

EM RORAIMA

Ministério prepara plano para eventual suspensão de energia

Termelétricas que já atendem Boa Vista e outras localidades de Roraima poderão substituir a energia importada do país vizinho

Por [Folha Web](#)

Em 31/01/2019 às 20:32



O Ministério de Minas e Energia discute um plano de contingência para atendimento a Roraima (Foto: Nilzete Franco/folhabv)

O Ministério de Minas e Energia discute um plano de contingência para atendimento a Roraima, caso ocorra a suspensão do suprimento de energia da Venezuela para o estado. A alternativa já testada no ano passado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico é o uso de usinas do parque térmico local, que atendem parte da demanda da capital Boa Vista.

O plano para substituir a importação de energia do país vizinho foi discutido pelo secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino, em reunião com o governador de

Roraima, Antonio Denarium; o diretor-presidente da Roraima Energia, Orsine Oliveira; e os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica André Pepitone e Efrain Cruz. O encontro aconteceu na manhã desta quarta-feira, 30 de janeiro, no MME.

“Seria o abastecimento *full* em sistema isolado por parte do Brasil”, explicou Cruz. O diretor da Aneel reconheceu que o acionamento pleno das termelétricas no estado aumentam o custo da Conta de Desenvolvimento Energético, que terá esse ano despesas de mais de R\$ 20 bilhões. Lembrou, no entanto, que o governo já trabalha com uma solução que vai contribuir para a redução dos subsídios da CDE, que é a contratação de energia de fontes renováveis.

O MME abriu consulta pública com as diretrizes do leilão para atendimento a Boa Vista e localidades conectadas. O certame previsto para 16 de maio vai negociar contratos com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021. O edital com as regras terá de ser aprovado pela agência reguladora.

Parte das térmicas do sistema de Boa Vista pertencem ao Grupo Oliveira, que arrematou a distribuidora de energia de Roraima em leilão no ano passado, em parceria com a empresa Atem.

Testes

A instabilidade no suprimento de energia elétrica provocada pelo agravamento da crise na Venezuela levou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico a autorizar a realização de testes no parque térmico da Boa Vista no ano passado. As usinas foram acionadas de 16 a 25 de setembro para atendimento à carga total e evitaram os frequentes blecautes na cidade nesse período.

Além de coordenar os testes, o Operador Nacional do Sistema Elétrico também implantou o Esquema Regional de Alívio de Carga. O Erac permite à distribuidora local desligar parte da carga gerada para regularizar a frequência e evitar a propagação de eventuais apagões.

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Ministerio-prepara-plano-para-eventual-suspensao-de-energia/49333>

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br) | Boa Vista | Política | 31/01/2019 |

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

AÇÃO PROPOSTA PELA FUNAI

Justiça Federal rejeita 'extinção' de Pacaraima e Uiramutã

Ação original da Fundação Nacional do Índio corre desde 1995, alegando suposta inconstitucionalidade nas leis estaduais que criaram municípios

Por [Paola Carvalho](#)

Em 01/02/2019 às 00:45



Decisão do juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara da Justiça Federal, julgou improcedente a ação proposta pela Funai (Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

A possibilidade de "extinção" de Pacaraima e Uiramutã foi negada conforme recente decisão do juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara da Justiça Federal em Roraima. A medida visava à retomada das terras indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol,

situadas nos municípios, para as comunidades das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó e Taurepang.

O magistrado julgou na quarta-feira, 30, improcedente a ação proposta pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União contra o governo do Estado e os municípios, defendendo a suposta inconstitucionalidade na constituição das leis estaduais 96 e 98, de 17/10/1995, que criaram as cidades de Pacaraima e Uiramutã.

O entendimento do magistrado é que a Constituição Federal de 1988 não autoriza nem permite “que o índio seja integrado – como pretendem o Estado e os municípios -, e muito menos mantido isolado – como pretendem a Funai, a União e o próprio Ministério Público Federal, porque ambas as posições têm como premissa a incapacidade do indígena”.

O juiz ressaltou ainda que não acredita em impedimento constitucional para a criação de municípios em terra indígena “pela mesma razão que inexistente impedimento constitucional para a criação de terra indígena em município” e citou a garantia dos direitos das comunidades, conforme determina a ação de demarcação fixada pelo STF.

Barreto também condenou a Funai e a União a pagarem honorários periciais e advocatícios de 10% do valor atribuído à causa, em favor do Estado e dos municípios.

Ação original da Funai é de 1995

A ação possessória original, ajuizada pela Funai contra o Estado em 6 de novembro de 1995, cita que a Terra Indígena de São Marcos foi reconhecida oficialmente pelo Decreto Administrativo de Homologação nº 312, de 29 de outubro de 1993, e que a Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi reconhecida oficialmente pelo Decreto Delimitatório nº 09, de 18 de maio de 1993.

A Funai defende que as consultas com os povos indígenas realizadas na época ocorreram sem autorização do órgão e “têm resultados questionáveis”, já que foi favorável ao governo do Estado, que sancionou as leis de criação dos municípios 48 horas depois, “institucionalizando as sedes municipais nos corações das terras indígenas”.

A liminar possessória foi deferida e suspensa pelo então desembargador federal Olindo Menezes. Na ocasião, o Estado respondeu que as sedes dos municípios já existiam desde a época do Território Federal de Roraima, inclusive, com as vilas mantendo órgãos de administração local.

Os autos foram remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e dois anos depois, em 1998, foram devolvidos à primeira instância. Na ocasião, o governo federal respondeu que a ação fosse julgada procedente para reintegração de posse, mas também, reintegrando a autoridade da União na posse das terras.

Quando questionado, o Ministério Público Federal (MPF) afirmou que não era contrário à criação de municípios, somente da instalação de sua base física e demais propriedades “com o intuito de descaracterizar a área como se fosse indígena”.

O órgão entendeu como procedente o pedido da União no sentido de que fosse convertida a ação de interdito possessório em reintegração de posse, com base no princípio da fungibilidade, e também, no da economia processual.

Municípios pediram exclusão das sedes na demarcação de terras indígenas

Acionados, os municípios de Pacaraima e Uiramutã contestaram as alegações do governo federal, declarando que as terras do perímetro eram consideradas de nível municipal.

Os municípios citaram ainda que a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ainda em grau de recurso, não incluiu a sede do município de Uiramutã e as regiões urbanas das vilas e outras propriedades privadas. Pacaraima frisou também que o mesmo processo, de exclusão da sede do município, poderia ser adotado para a criação da Terra Indígena São Marcos.

A Funai apresentou alegações finais sustentadas por laudo antropológico ressaltando que somente ficou excluído da TI São Marcos as áreas de terra destinadas à instalação de pelotão do Exército. O Estado contestou o laudo do órgão.

Os municípios de Pacaraima e Uiramutã apresentaram alegação final dizendo que a criação das cidades só foi possível graças a uma consulta pública realizada com a população índia e não índia “tendo sido elaborada por representantes eleitos do Estado”. Em seguida, decisão determinou o retorno dos autos ao STF.

Ao retornar à primeira instância, a União e o MPF apresentaram alegações finais. O órgão inclusive solicitou realização de audiência de conciliação designada para 10 de outubro do ano passado, para que fossem norteadas novas possibilidades mediante a passagem do tempo e a instauração efetiva dos municípios, porém a tentativa de reconciliação foi frustrada.

OUTRO LADO – Sobre a decisão, a **Folha** entrou em contato com os órgãos envolvidos para obter o posicionamento de cada um deles. Em nota, o MPF-RR informou que ainda não foi oficialmente comunicado da decisão, mas que quando isso ocorresse iria analisar os termos da Justiça Federal para definir quais medidas poderá tomar.

A **Folha** também entrou em contato com o governo do Estado e a Fundação Nacional do Índio, porém não recebeu retorno até o fechamento da matéria. (P.C.)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Justica-Federal-rejeita--extincao--de-Pacaraima-e-Uiramuta/49355>

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Roraima em Foco (https://roraimaemfoco.com) | Boa Vista | Política | 01/02/2019 |



MECIAS DE JESUS TOMA POSSE COM FOCO EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ENERGIA PARA RR Política

Publicado em 1 de fevereiro de 2019



Uma das preocupações de Mecias de Jesus é buscar a união da bancada federal - Foto: Ascom_Parlamentar

O senador eleito Mecias de Jesus (PRB-RR) toma posse nesta sexta-feira, 1º de fevereiro, em Brasília-DF. A sessão que lhe dará posse e a mais 53 dos 81 senadores do Senado está marcada para às 15h (horário de Brasília) no Plenário da Casa.

Eleito com 85.366 votos totalizados (17,43% dos votos válidos), Mecias de Jesus inicia seu primeiro mandato como senador tendo como principais bandeiras de luta a regularização fundiária, com a transferência definitiva

das terras ainda em poder da União para Roraima, a vinda do Linhão de Tucuruí e também a melhoria dos serviços de Saúde e Segurança no Estado.

“Temos várias prioridades nesse primeiro momento. Mas, o que vemos como mais urgente é a situação fundiária e a energética, que são primordiais para o nosso desenvolvimento econômico. Roraima precisa dar segurança jurídica aos proprietários das terras, para que eles possam garantir financiamentos e investir na agricultura familiar e no agronegócio. Também é preciso termos uma energia de qualidade para atrair novos investidores de outros estados”, justificou.

O senador eleito também garantiu forte atuação para resolver o problema da saúde, com o foco em lutar para aumentar a quantidade de recursos destinados para área, e proporcionar desta forma, melhorarias na qualidade dos serviços oferecidos a população.

“A Saúde de Roraima hoje com um dos problemas mais graves que enfrentamos. Nossos hospitais não dispõem do mínimo para atender a população que depende da saúde pública. A situação do nosso Estado se agravou muito, principalmente depois da vinda dos venezuelanos, que também conseqüentemente afetou questões relativas à Segurança pública. Somos um dos Estados mais violentos do Brasil. Como senador, terei que trabalhar por causas nacionais, mas, quero, com urgência, tratar das questões de Roraima”, explicou.

União da bancada

Uma das preocupações de Mecias de Jesus é buscar a união da bancada federal, tanto deputados quanto senadores em prol da busca de soluções para os problemas do Roraima.

“Já terminou a campanha. Agora, precisamos unir forças em um objetivo comum que é resolver todas as demandas pertinentes ao nosso Estado. Ninguém é mais adversário. O momento é de integração para o bem comum do povo de Roraima”, destacou.

Eleição da presidência

Depois da posse dos novos senadores, haverá um intervalo para a segunda reunião, em que será eleito o novo presidente do Senado. A expectativa é que ela tenha início por volta das 18h. O eleito vai comandar a Casa por dois anos e também exercerá a função de presidente do Congresso. Os nomes dos candidatos serão conhecidos apenas no início da reunião.

<https://roraimaemfoco.com/mecias-de-jesus-toma-posses-com-foco-em-regularizacao-fundiaria-e-energia-para-rr/>

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Roraima em Foco (https://roraimaemfoco.com) | Boa Vista | Política | 01/02/2019 |



TERCEIRO MANDATO: JHONATAN DE JESUS TERÁ FOCO EM INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E SAÚDE

Política Publicado em 1 de fevereiro de 2019



Jhonatan de Jesus será o novo líder do seu partido na Câmara dos Deputados em 2019 - Foto: Ascom/Parlamentar

O deputado federal Jhonatan de Jesus (PRB-RR), reeleito com 13.429 votos nas eleições de 2018 (4,96% dos válidos) toma posse nesta sexta-feira, 1º de fevereiro, em Brasília-DF para seu terceiro mandato. A sessão que lhe dará posse está marcada para às 10h (horário de Brasília) no Plenário da Câmara dos Deputados.

Jhonatan de Jesus tem como objetivo continuar o trabalho que vem realizando na Câmara dos Deputados em prol do desenvolvimento do estado de Roraima. O parlamentar tem por meta aumentar os recursos destinados para saneamento básico, Infraestrutura, Educação, Segurança e na melhoria do atendimento público da Saúde.

“Temos trazido muitos recursos nas áreas de saúde e infraestrutura, nesses dois primeiros mandatos. Vamos continuar priorizando essas áreas, mas também vamos focar nossa luta na melhoria da estrutura da educação e no saneamento básico nos municípios do Interior”, destacou o deputado.

Na saúde, deverão ser reformados ainda este ano com recursos destinados pelo deputado, os hospitais de Bonfim, Pacaraima, Mucajaí e São João da Baliza. No total serão quase R\$ 9 milhões investidos, que vão melhorar o atendimento em saúde nos municípios do Interior.



“Temos ainda as reformas dos blocos A e D do HGR [Hospital Geral de Roraima], que vão melhorar os atendimentos nas áreas de oncologia, psiquiatria, reumatologia, endocrinologia, gastroenterologia e nefrologia da unidade. Nosso objetivo é garantir um atendimento cada vez melhor na saúde para a nossa população”, disse.

Outra área que será priorizada é a da Segurança, para onde foram destinados mais de R\$ 30 milhões de recursos de emenda parlamentar para equipar a Polícia, com a aquisição de armamento, munição e compra de 180 novas viaturas. “O objetivo é aparelhar adequadamente a força policial e assim promover a melhoraria da segurança pública no Estado”, disse.

O parlamentar também vai lutar pelo fortalecimento da educação superior no Interior do Estado. Para isso, já destinou recursos no valor de R\$ 2.2 milhões, para a construção do primeiro campus avançado da UFRR (Universidade Federal de Roraima) em São João da Baliza.

“Com esse novo campus, vamos expandir o ensino superior, de forma a possibilitar o acesso aos alunos dos municípios do sul do Estado. Investir em Educação é o caminho certo para o desenvolvimento”, assegurou Jhonatan de Jesus.

Liderança do PRB

Jhonatan de Jesus será o novo líder do seu partido na Câmara dos Deputados em 2019. Ele foi escolhido por unanimidade em reunião da bancada do PRB na Casa, inclusive por aqueles que tomarão posse nesta sexta-feira. O parlamentar passará a orientar os demais colegas do partido nas discussões e votações em deliberação na Casa.

<https://roraimaemfoco.com/terceiro-mandato-jhonatan-de-jesus-tera-foco-em-infraestrutura-educacao-seguranca-e-saude/>

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|---|-----------|----------|------------|
| Site Roraima em Foco (https://roraimaemfoco.com) | Boa Vista | Política | 01/02/2019 |



SOLDADO SAMPAIO AFIRMA QUE DEFENDERÁ DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Política Publicado em 1 de fevereiro de 2019



Deputado acredita que é necessário criar ferramentas para o Estado se desenvolver e sair da dependência da "economia do contracheque" - Foto: SupCom ALE-RR

Atuante na área de Segurança Pública e em defesa dos servidores públicos, o deputado Soldado Sampaio (PCdoB) foi reeleito para o terceiro mandato consecutivo com 4.678 votos. Ele afirma que pretende, nesta legislatura, fortalecer os trabalhos em prol dos servidores públicos e do homem do campo.

"Ampliamos a atuação do nosso mandato aos servidores públicos e também à agricultura familiar. Me senti comprometido em abraçar a causa dos agricultores e pescadores, enfim, de todo o setor produtivo", explicou o parlamentar.

Para alavancar a economia, ele acredita que Roraima precisa se livrar da economia do “contracheque”, ou seja, que o salário dos servidores públicos das três esferas do poder deixe de ser o principal fator para aquecimento do mercado local. “Temos uma dependência muito forte desde a transformação de Território para Estado na proporção de 80 para 20, ou seja, a cada 100 reais que entram, 80 são de transferências da União e apenas 20 de receita própria”, explica.

Segundo Sampaio, são necessárias ferramentas para ajudar o Estado a arrecadar mais, e para que isso ocorra, os governantes devem eliminar os supérfluos e investir no setor primário. O resultado disso, segundo ele, seria a geração de emprego e a distribuição de renda.

No Poder Legislativo, Sampaio promoveu discussões a favor dos servidores públicos por meio de audiências públicas. Em 2018, foi escolhido como relator do Orçamento em meio à crise econômica instalada em Roraima.

Francisco dos Santos Sampaio é casado, nascido em Pedreiras (MA), formado em Ciências Contábeis. Como deputado, de 2015 a 2018, compôs as comissões de: Administração, Serviços Públicos e Previdência; de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário; de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa; de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle; e de Políticas Indigenistas.

Yasmin Guedes

<https://roraimaemfoco.com/soldado-sampaio-afirma-que-defendera-desenvolvimento-da-agricultura-familiar-e-direitos-dos-servidores-publicos/>

| VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|--|-----------|----------|------------|
| Site G1 Roraima (https://g1.globo.com) | Boa Vista | Notícias | 01/02/2019 |

Índios protestam em Roraima contra decisões do governo Bolsonaro

Cerca de 100 pessoas participaram do ato na UFRR, em Boa Vista. Manifestação questionou transferência e esvaziamento da Funai.

Por Pedro Barbosa, G1 RR — Boa Vista

31/01/2019 15h59 Atualizado há 18 horas



Indígenas manifestam contra Governo Bolsonaro na UFRR — Foto: Pedro Barbosa/G1 RR

Entidades de defesa dos direitos indígenas se reuniram na manhã desta quinta-feira (31) para protestar contra o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A manifestação foi no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, em [Boa Vista](#).

O ato faz parte de uma mobilização nacional "Sangue indígena, nenhuma gota a mais", voltado para alertar possíveis perdas de direitos na atual gestão federal.

Cerca de 100 pessoas, dentre acadêmicos, membros de entidades indígenas e professores do Instituto participaram do protesto. Os índios fizeram danças típicas e levaram cartazes com reivindicações para a saúde, educação e direito à terra.

Dentre as principais reivindicações do manifesto estão as anulações da mudança de administração da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura, da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), e da PEC 215, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação de terras indígenas no estado.



Manifestação de indígenas contra Governo Bolsonaro — Foto: Pedro Barbosa/G1 RR

Antes da manifestação, lideranças indígenas de mais de 200 comunidades do estado se reuniram em assembleia na Terra Indígena Raposa Serra do Sol onde **elaboraram uma carta destinada ao presidente Bolsonaro**, que já declarou ser **favorável à "exploração racional"** da reserva.

No documento endereçado ao presidente, eles **fizeram nove reivindicações** e cobraram respeito à demarcação da Raposa em área contínua, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em **2019 completa uma década que os não-índios deixaram a área**.

Para a coordenadora estadual da Organização dos Professores Indígenas (Opir), Edite da Silva Andrade, a luta pela educação indígena é uma conquista em Roraima e não pode ser ameaçada.

"Todos possuem o direito de estudar e observamos um retrocesso a nível nacional em diversos aspectos, como a extinção da Secadi, que é uma garantia fundamental dos nossos direitos a educação", pontuou Edite Andrade.

A coordenadora da Opir também destaca a luta em direito à terra. "Sem terra não temos nada pelo que lutar. E a transferência da Funai para outro ministério é uma ameaça a nossa base de lutas. Estamos alertas e não

aceitaremos nem mais uma gota de sangue de nós. Essa causa não é apenas de indígenas, é da sociedade. Pois se fere a terra, todos sentem os impactos”.



Coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Enoque Taurepang, discursa durante manifestação contra Governo Bolsonaro — Foto: Pedro Barbosa/G1 RR

Já o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (Cir), Enoque Taurepang, afirma que os indígenas não querem ser tratados como minoria e a busca por direitos conquistados é uma questão de sobrevivência.

“Nós não somos minoria, somos maioria. A minoria foi quem nos explorou por séculos e ainda está tentando fazer isso. Estamos aqui para dizer não a municipalização da saúde, não a transferência da Funai e não ao retrocesso de direitos dentro da Universidade. Doa a quem doer.”, destacou.

Para Thelma Taurepang, coordenadora geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), ainda há esperança de que o Governo Federal converse com as lideranças e mulheres indígenas. Ela também aponta dificuldades das comunidades roraimenses em relação às terras demarcadas no estado.

“Quando ocorreu a demarcação de terras aqui no estado nós não fomos beneficiados, pois o espaço que nos foi cedido não é fértil e sem contato com rios, no lavrado, sendo assim necessário que técnicos façam um tratamento no solo. Mesmo assim, crescemos, nos especializamos, e estamos buscando garantir o que foi conquistado até agora”, afirmou a coordenadora geral.



Coordenadora geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), Thalma Taurepang: "Buscamos garantir o que foi conquistado por nós até agora" — Foto: Pedro Barbosa/G1 RR

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/01/31/indios-protestam-em-roraima-contradecisoes-do-governo-bolsonaro.ghtml>

| VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | CIDADE | EDITORIA | DATA |
|--|--------|----------|------------|
| Site G1 Roraima (https://g1.globo.com) | Brasil | Economia | 01/02/2019 |



Produção da indústria cresce 0,2% em dezembro e fecha 2018 com alta de 1,1%

Resultado representa uma desaceleração significativa frente a 2017 (2,5%), quando o setor interrompeu 3 anos de queda. Indústria teve pior dezembro desde 2015.

Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1 — São Paulo e Rio de Janeiro
01/02/2019 09h02 Atualizado há 24 minutos



Linha de montagem da S10 e da Trailblazer em São José dos Campos; produção de veículos foi o destaque de alta em 2018. — Foto: GM/Divulgação

A produção industrial brasileira registrou alta de 0,2% em dezembro, na comparação com novembro, segundo divulgou nesta sexta-feira (1) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, a indústria acumulou no ano um crescimento de 1,1%, o que representa uma desaceleração significativa frente a 2017 (2,5%), **quando interrompeu 3 anos seguidos de taxas negativas.**

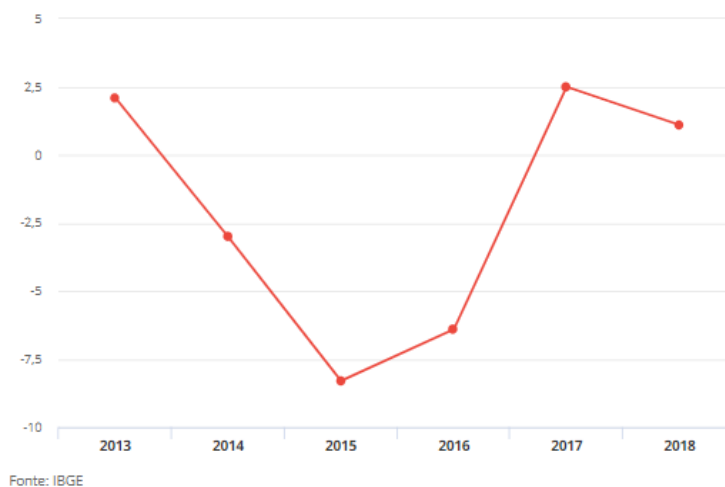
Foi o pior resultado para dezembro desde 2015 (-1,9%), na comparação com o mês imediatamente anterior, segundo a série histórica da pesquisa.

Na comparação com dezembro de 2017, o setor industrial registrou queda de 3,6%, também o pior resultado interanual para o mês desde 2015 (-

12%), o que reforça a leitura de que a recuperação do setor segue frágil e em ritmo lento.

Produção da indústria brasileira

Veja o resultado acumulado no ano (em %)



"No acumulado dos últimos doze meses (1,1%), a indústria permaneceu com perda de ritmo frente aos resultados de julho (3,3%), agosto (3,1%), setembro (2,7%), outubro (2,3%) e novembro (1,8%)", destacou o IBGE.

Considerando a média móvel trimestral, a produção industrial fechou 2018 16,3% abaixo do ponto mais alto da série histórica, iniciada em 2012, que foi alcançado em maio de 2011.

"A indústria operou em dezembro num patamar 2,6% abaixo daquele que operava em junho, quando atingiu o ponto mais alto do ano em termos de produção", destacou o gerente da pesquisa, André Macedo.

13 os 26 ramos pesquisados tiveram queda no ano

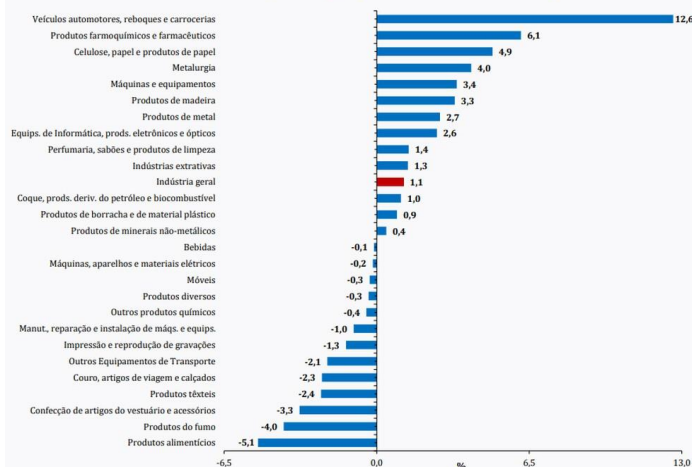
Segundo o IBGE, 13 dos 26 ramos industriais pesquisados registraram queda em 2018. Houve alta, entretanto, em 50,9% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as atividades em queda, as maiores contribuições negativas para o resultado da indústria no ano foram de produtos alimentícios (-5,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-3,3%) e de couro, artigos para viagem e calçados (-2,3%).

A fraco desempenho da indústria de alimentos, segundo Macedo, está relacionado a dois produtos: açúcar e carnes de aves. "Há uma mudança no mix de processamento da cana de açúcar, privilegiando a produção de etanol à produção do açúcar, afetando o setor de alimentos. Já em relação às carnes, com destaque para as de aves, houve uma significativa redução das exportações em função de embargos internacionais à produção brasileira", explicou.

Índice Acumulado no Ano (%)

(Base: igual período do ano anterior)



Já as maiores influências positivas do ano vieram do crescimento da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (12,6%), metalurgia (4,0%), celulose, papel e produtos de papel (4,9%), indústrias extrativas (1,3%), máquinas e equipamentos (3,4%), e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (6,1%).

Entre as grandes categorias econômicas, destaque para bens de consumo duráveis (7,6%) e bens de capital (7,4%), impulsionadas, em grande parte, pela ampliação na fabricação de automóveis (10,8%) e eletrodomésticos da “linha marrom” (4,4%), na primeira; e de bens de capital para equipamentos de transporte (13,8%) e para construção (25,2%), na segunda.

“Embora tenha perdido intensidade nos últimos meses do ano, o setor automobilístico, em 2018, foi especialmente favorecido pela maior demanda do mercado argentino”, disse o gerente da pesquisa.

O setor de bens intermediários teve alta de apenas 0,4%, enquanto o segmento de bens de consumo semi e não-duráveis registrou queda de 0,3%.

Recuperação lenta e perspectivas

A recuperação do setor, assim como a do restante da economia brasileira, seguiu em ritmo lento no ano passado, mas na virada do ano aumentou o otimismo dos empresários.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) atingiu em janeiro o **maior nível desde agosto de 2018**.

Já o índice de **intenção de investimentos da indústria atingiu o maior nível desde abril de 2014**, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A pesquisa mostrou, entretanto, que a situação financeira das empresas piorou e que, na avaliação dos empresários, o acesso ao crédito continua difícil.

Ainda de acordo com a CNI, o faturamento do setor cresceu de forma mais significativa em 2018. Na série livre de influências sazonais, o faturamento aumentou 1,1% entre novembro e dezembro, e fechou o ano com alta de 4,1% ao se comparar as médias de 2017 e 2018.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/01/producao-da-industria-cresce-02-em-dezembro-e-fecha-2018-com-alta-de-11.ghtml>